



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO CURSO DE  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**MARIA ELAINE DA SILVA  
TÁCIA RONALCIA DE LIMA BARBOSA**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Maceió  
2025**

**MARIA ELAINE DA SILVA**  
**TÁCIA RONALCIA DE LIMA BARBOSA**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Curso de Especialização em lato sensu  
pela Universidade Federal de Alagoas-  
UFAL – Polo Teotônio.

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Ricardo**

▪

**Maceió**  
**2025**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA ELAINE DA SILVA  
TÁCIA RONALCIA DE LIMA BARBOSA

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à  
banca examinadora do curso de Pós-graduação  
em Gestão Educacional da Universidade Federal  
de Alagoas e aprovada em 29 de março de 2025.



Documento assinado digitalmente

MARCOS RICARDO DE LIMA

Data: 23/04/2025 11:23:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Orientador – Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima

Banca examinadora: 1



Documento assinado digitalmente

MARCUS SWELL BRANDAO MENEZES

Data: 24/04/2025 11:41:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Examinador/a- Prof. Esp. Marcus Swell Brandão Menezes



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL CAMPUS DO SERTÃO  
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CIED  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dias 29 do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às 15:00, sob a presidência da professor Dr. Marcos Ricardo de Lima, reuniu-se em sessão pública, realizada à distância em plataforma digital do governo federal (RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) ou plataforma gratuita Google Meet, a Banca Examinadora de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tipo artigo científico intitulado “Gestão Democrática e participativa na Educação Infantil”, das alunas Maria Elaine da Silva e Tácia Ronalcia de Lima Barbosa, requisito obrigatório para conclusão do Curso de pós-graduação em Gestão Educacional, assim constituída: Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima e Prof. Esp. Marcus Swell Brandão Menezes. Iniciados os trabalhos, foi dado a cada examinador/a um período máximo de 30 (trinta) minutos para a arguição das candidatas. Terminada a defesa do trabalho, procedeu-se ao julgamento final. Apuradas as notas, as candidatas foram consideradas APROVADAS com média geral 10,0 (DEZ INTEIROS). Nesta ocasião a presente ata (original) assinada também deve ser entregue à Coordenação. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados para a lavratura da presente ata, que depois de lida foi assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Delmiro Gouveia-AL, 29 de março de 2025.

Orientador/a  Documento assinado digitalmente  
MARCOS RICARDO DE LIMA  
Data: 05/04/2025 12:59:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dr. Marcos Ricardo de Lima

 Documento assinado digitalmente  
MARCUS SWELL BRANDAO MENEZES  
Data: 05/04/2025 20:57:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1º Examinador/a Prof. Esp. Marcus Swell Brandão Menezes

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo desenvolver conceitos e reflexões sobre os seguintes tópicos: o surgimento da gestão democrática na escola, a relação entre gestão escolar e os direitos de aprendizagem das crianças, a escuta ativa e a participação das crianças nas instituições educacionais e a promoção de uma gestão escolar inclusiva e participativa. A partir de estudos realizados em sites e artigos reflexivos, verificou-se que a educação desempenha um papel crucial como instrumento para a transformação social por meio da democracia. Nesse contexto, destaca-se o protagonismo infantil como elemento central na construção de uma sociedade livre, justa e igualitária. Mesmo diante das vulnerabilidades que enfrentam, as crianças são as principais autoras desses processos, contribuindo com suas perspectivas singulares para uma educação mais inclusiva e transformadora. O trabalho propõe aprofundar esses conceitos, utilizando citações e desenvolvendo uma análise fundamentada para compreender a relevância da gestão democrática como ferramenta essencial para assegurar a participação, a inclusão e a equidade no ambiente escolar.

**PALAVRAS-CHAVES:** Gestão democrática; Participação; Educação Infantil; Escuta ativa e Protagonismo.

## **ABSTRACT**

This paper aims to develop concepts and reflections on the following topics: the emergence of democratic management in schools, the relationship between school management and children's learning rights, active listening and children's participation in educational institutions, and the promotion of inclusive and participatory school management. Based on studies carried out on websites and reflective articles, it was found that education plays a crucial role as an instrument for social transformation through democracy. In this context, children's protagonism stands out as a central element in the construction of a free, fair, and egalitarian society. Even in the face of the vulnerabilities they face, children are the main authors of these processes, contributing with their unique perspectives to a more inclusive and transformative education. The paper proposes to deepen these concepts, using quotes and developing a well-founded analysis to understand the relevance of democratic management as an essential tool to ensure participation, inclusion, and equity in the school environment.

**KEYWORDS:** Democratic management; Participation; Early childhood education; Active listening and Protagonism.

## SUMÁRIO

|                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO .....                                               | 7  |
| 2. O SURGIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS .....           | 7  |
| 3. GESTÃO ESCOLAR E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS..... | 10 |
| 4. GESTÃO ESCOLAR INCLUSIVA E PARTICIPATIVA.....                  | 15 |
| 5. CONCLUSÃO .....                                                | 20 |
| 6. REFERÊNCIAS.....                                               | 21 |

## **1. INTRODUÇÃO**

A democracia, entendida desde a Grécia Antiga como o "governo do povo", influenciou a organização de diversos campos sociais, incluindo a educação. A gestão escolar democrática tem evoluído significativamente, promovendo ambientes mais inclusivos e equitativos, especialmente para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Este trabalho aborda a trajetória da gestão democrática nas escolas, desde suas origens até os avanços contemporâneos, destacando os principais fatores que impulsionaram essa transformação inovadora e inclusiva. As escolas têm ajustado seus currículos e práticas pedagógicas para garantir a igualdade de condições, respeitando as diferenças individuais e assegurando que todos os estudantes possam participar de forma ativa e significativa do processo educacional.

Além disso, a gestão democrática enfatiza o compromisso com a construção de aprendizagens significativas, reconhecendo o direito fundamental das crianças ao desenvolvimento crítico e social. Dessa forma, as escolas se consolidam como espaços de cidadania, contribuindo para formar indivíduos conscientes e capazes de atuar de maneira ativa e responsável na sociedade.

## **2. O SURGIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS**

A educação formal no Brasil teve início com a chegada dos padres jesuítas em 1549. Durante esse período, o método de ensino era fortemente baseado na fé cristã, com o objetivo de disseminar o catolicismo. Os jesuítas atuaram como os principais educadores, estruturando o ensino voltado principalmente à formação religiosa e cultural.

No entanto, a educação dessa época apresentava desigualdades significativas, já que era voltada predominantemente para os filhos das elites brasileiras, aqueles que possuíam maior poder econômico. Esse cenário

evidencia um modelo de ensino restrito e excludente, que favorecia apenas os grupos privilegiados, perpetuando a desigualdade educacional no país.

Em Roma, era localizada a administração geral do ensino, sendo o providencial geral articulador entre Roma e Colônias. Todo o processo articulado de ensino, tinha o objetivo de promover o estudo nas colônias e garantir o cumprimento das normas do Ratio Studiorum. O Ratio simbolizava as formas de administração e organização dos currículos e métodos de ensino que orientavam os professores em suas aulas (CARVALHO, 2010, p.12).

No plano de estudos da Companhia de Jesus, o papel mais importante era o do Reitor, que deveria primar pelo funcionamento satisfatório do Colégio, isto é, organizar a formação da elite colonial. Saviani (2010) destaca neste período histórico a função supervisora como indício na organização do plano pedagógico jesuítico e aproximação de um sistema educacional propriamente dito.

Em 1759, a Companhia de Jesus das terras de domínio português foram expulsos, de modo que os bens que possuíam foram apreendidos e daí a instituição organizacional das escolas foram desorganizadas e desmanteladas. O Alvará de 1759 determinou o fechamento dos colégios jesuítas e o ensino passou a ser fragmentado e estruturado a partir de aulas rígidas ministradas por professores que eram supervisionados pelo diretor de estudos. O diretor de estudos tinha como função supervisionar o ensino, advertir e corrigir os professores e apresentar relatório ao imperador a respeito do andamento do ensino (SAVIANI, 2010).

Graças à Constituição de 1988, houve a redemocratização no país, com a nítida transformação nos espaços escolares, desenvolveu-se na educação um novo modelo de administração escolar, onde começou a valorização da transformação social, pois os alunos e a sociedade puderam participar ativamente da educação democrática. Assim, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, articula que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à

liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes ((...). Constituição Federal, art. 5º.).

O dispositivo constitucional mencionado destaca cinco direitos fundamentais, reafirmando o compromisso com uma democracia inclusiva e a promoção da igualdade material. Essa garantia assegura o acesso universal à educação e ao direito à aprendizagem, pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e equitativa.

Esse direito universal impõe ao Estado e às famílias a obrigação de proporcionar educação inclusiva para todos os brasileiros, sem qualquer forma de discriminação, seja por cor, idade, sexo ou contexto social. Essa abordagem visa não apenas assegurar a igualdade formal, mas também criar condições reais para que todos possam acessar e usufruir do processo educativo, promovendo o pleno desenvolvimento humano e a participação ativa na vida social, cultural e econômica do país.

Portanto, o termo “gestão democrática nas escolas” surgiu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Art.3º. Inciso VIII) e da Constituição Federal (Art. 206. Inciso VI), que ressalta a importância da participação da comunidade na construção da escola e no processo de ensino e aprendizagem.

Nos tempos mais remotos, essa democracia não existia, e foi palco de diversas lutas, com medidas arbitrárias de humanidade calcadas em uma predefinição de características tidas como necessárias para se constituir um sujeito de direitos. Sabe-se que as mulheres não tinham sequer o direito de frequentar escola, pois elas precisavam cuidar do lar e do marido, muitas crianças tinham que ajudar no trabalho, onde existia muita exploração infantil.

Além disso, pessoas que não atendiam às expectativas impostas pela sociedade eram frequentemente definidas como incapazes e excluídas do convívio social, perpetuando o capacitismo – uma forma de discriminação estrutural contra pessoas com deficiência. Essa exclusão reforçava desigualdades, limitando o acesso dessas pessoas à educação, trabalho e participação plena na sociedade. É claro que ainda persistem algumas práticas de discriminação e falta de inserção de crianças no ambiente escolar, mas a

democracia abriu espaços para novos contextos de superação, notadamente na sociedade.

De acordo com Mello (2016, p. 3266), “[...] hierarquiza os sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional”, ou seja, é estabelecido um padrão normatizador que, quando não alcançado, indica a incapacidade dos sujeitos, desconsiderando suas possibilidades.

Cabe pontuar que no capacitismo se tem uma avaliação acrítica dos sujeitos, contando apenas com o preconceito ou, como sugerido por Gomes et al. (2005, p. 54), a elaboração de um “[...] conceito [prévio] formado antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos”, o que igualmente acontece no racismo que atinge o povo negro, que através desses conceitos preestabelecidos socialmente, sofrem com a violência das práticas de discriminação racial, que ainda sob a perspectiva da autora “[...] pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito”.

O que se observa ainda, é a resistência de muitas escolas públicas e particulares para inserir crianças diagnosticadas com alguma deficiência. O autismo, atualmente, tem sido um entrave para muitas instituições, que se recusam a contratar profissionais para atender essas pessoas que estejam em situações de vulnerabilidade.

### **3. GESTÃO ESCOLAR E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS**

Segundo a autora Carla Rinaldi destaca a importância da escuta como um processo ativo, carregado de emoção e significado. A autora enfatiza que escutar não é apenas ouvir passivamente, mas envolve curiosidade, interesse e abertura para as diferenças. Além disso, a escuta confere legitimidade e visibilidade ao outro, criando um espaço de diálogo e troca enriquecedora.

“Por trás do ato de escutar existe normalmente uma curiosidade, um desejo, uma dúvida, um interesse; há sempre alguma emoção. Escutar é emoção; é um ato originado por emoções e

que estimula emoções. As emoções dos outros nos influenciam por meio de processos fortes, diretos, não mediados e intrínsecos à interação entre sujeitos comunicantes. Escutar como forma de aceitar de bom grado e estar aberto às diferenças, reconhecendo o valor do ponto de vista e da interpretação dos outros. Escutar é um verbo ativo que envolve interpretação, dando sentido à mensagem e valor àqueles que a oferecem. Escutar que não produz respostas, mas formula questões; escutar não é engendrado pela dúvida, pela incerteza, que não é insegura, pelo contrário, é a segurança de que cada verdade só existe se estivermos cientes de seus limites e de sua possível “falsificação” (...) escutar que tira o indivíduo do anonimato, que nos legitima, nos dá visibilidade, enriquecendo tanto aqueles que escutam quanto aqueles que produzem mensagem (e as crianças não suportam ser anônimas). (RINALDI, 2017. p. 124-125).

A autora revela o sentido mais amplo da palavra escuta, traz uma escuta efetiva que precisa ser realizada a partir de todos os sentidos, que respeite o diverso e principalmente que venha carregada de emoções a partir do olhar, dos gestos, do silêncio e do barulho que o ser criança emite enquanto perpassa pelas experiências em que a vida lhe oferece. Escutar uma criança é ouvi-la além do que os ouvidos podem ouvir, é fazê-la ter voz e permitir que expresse a sua genuína autenticidade. Assim, se faz necessário aguçar o olhar, quando se fala do trabalho com crianças.

Desde muito pequenas, as crianças emitem mensagens, seja através do olhar, do choro, do sorriso, da fala, do recuo e da socialização com seus pares. Por muitas vezes silenciadas, elas foram impedidas de serem protagonistas da sua própria história, incentivadas a serem adultos em miniatura, vistas como seres incompletos que podem vir a ser completos quando adultos, sempre reproduzindo ou imitando comportamentos que não condizem com a sua faixa etária. As instituições que atendem à educação infantil precisam envolver as crianças no processo de democracia, sempre considerando cada faixa etária (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas) e suas próprias formas de expressões.

A escuta ativa é um dos aspectos fundamentais para a democratização na relação e no atendimento com crianças, pois ela se destaca a fim de permitir a participação na comunicação, no saber ouvir e interpretar com atenção e interesse. Nessa concepção, praticá-la nos espaços escolares permite a

resolução de problemas a partir de suas necessidades, nesse caso, da etapa em questão. A escuta e o diálogo com crianças nas escolas são importantes porque desenvolvem habilidades de comunicação e expressão e dão segurança para que elas compartilhem suas emoções e sentimentos, assim, se sentem acolhidas e participantes da comunidade escolar.

A escuta ativa se constitui como uma ferramenta que atravessa todos esses princípios. Segundo Paulo Freire, é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele” (Pedagogia da Autonomia, 2006, p.113).

Dessa forma as instituições devem compreender que a criança é um sujeito pleno, com suas características próprias, suas necessidades, saberes e potenciais únicos. São integrantes da sociedade, com capacidade de pensar e contribuir para o mundo, para isso é preciso que haja a escuta ativa.

Assim, a educação é considerada um instrumento de transformação, pois permite ao indivíduo o aprendizado, a oportunidade de se tornar alguém com capacidades cognitivas para criticar, discutir, oportunizar, negar, aceitar, verbalizar. Ela é capaz de transformar o mundo. Para isso, leis buscam uma educação para todos, com o intuito de sanar as deficiências e desigualdades.

Sobre essa perspectiva e ampliando a importância da democracia, a escola, atualmente, abre novas demandas sociais, e isso impõe aos gestores escolares gerir os processos educativos para que a educação garanta o direito à aprendizagem. O diretor escolar, abre espaços, suscitando reflexões acerca da prática deste profissional, para que as instituições escolares sejam descentralizadas, democratizadas.

O enfoque dado por PARO (2015) em relação à administração escolar nos permite, ainda, analisar que os estudos sobre a atuação do profissional à frente da instituição de ensino sempre instigaram estudos, questionamentos e investigações. Partindo do conceito de que a escola detém características de

uma organização com aspectos distintos que se inter-relacionam, convergindo para objetivos comuns, os quais têm por finalidade a formação integral dos indivíduos ali matriculados.

Nesse viés, o gestor escolar, ao responder pela escola, necessita direcionar suas ações para a valorização da administração democrática e coletiva nesse espaço. Nessa direção, a execução de uma administração participativa exige do gestor escolar um perfil de liderança e organização das situações de conflitos, incluindo os casos envolvendo seus estudantes, tanto no espaço educacional como também em espaços externos à escola, mas percebidos na escola, o que possibilita amplitude nos resultados de suas ações e oportuniza o pleno desenvolvimento do aluno (MELO; MIRANDA, 2020).

Dessa forma, a postura democrática do gestor escolar permite a construção com as demais políticas públicas e ações afirmativas e serviços ligados à educação. De acordo com Oliveira (2018), essa articulação torna-se necessária principalmente no que se refere às necessidades das crianças como sujeitos de direitos e de proteção, visto que as instituições educacionais integram a rede de proteção à criança.

Nesta perspectiva, conforme estabelecido no Art. 12 da Lei nº. 13.663, de). Dentre suas várias missões, encontra-se a promoção de medidas que devem ser tomadas no que se refere à articulação de currículos para envolver toda a comunidade, pais e alunos para a democratização na educação. Para tanto, o gestor escolar deve entender que as instituições são espaços para se concretizar a cidadania, com o objetivo de inovar e garantir o direito de acesso à educação. Sobre isso, tem-se que:

Tais direitos estão atrelados ao conceito de direitos humanos apresentados no Plano Nacional de Educação para garantir a permanência do aluno nos estabelecimentos de ensino por meio de ações conjuntas, dentre as quais o acompanhamento do aluno pelas demais políticas e órgãos de proteção com definição de estratégias de enfrentamento à violência que envolve o seu contexto social. (BRASIL, 2014) .

De acordo com o Plano Nacional de Educação mencionado, a educação deve ser contínua e essa participação nas instituições vai além de estar presente

no ambiente escolar. Os alunos devem ser participantes das decisões da escola, em especial no conselho de classe para que haja transformação e a verdadeira democracia em todos os aspectos de sua vida. O conselho de classe, é um dos instrumentos mais significativos das instituições escolares.

Portanto, as crianças necessitam se envolver em todos os processos educativos no intuito de reconstruir conhecimentos, buscando melhorar seu desempenho em sala de aula e na sociedade, pois não se pode parar de buscar novas mudanças. Assim, é compreensível e dever do gestor escolar estimular o desenvolvimento com pensamento crítico e reflexivo dos estudantes, permitindo que estejam abertos para novas experiências e aprendizagens.

O Referencial Curricular Municipal da Educação Infantil de Teotônio Vilela, Al, (RCM, 2020) diz que:

A participação das crianças deve ser garantida com direito a voz ativa, discutindo sua relação com o conhecimento, com o professor e com a instituição. É prerrogativa desta proposta curricular que a avaliação da aprendizagem ocorra antes e durante as práticas, na sua forma diagnóstica e de registro. Desse modo, as instituições precisam realizar um conselho de classe ao final das quatro unidades como forma de avaliar todas as instâncias da instituição (gestão pedagógica, resultados, trabalho pedagógico, bem como todos os indicadores de qualidade da instituição). Por meio do conselho de classe é possível avaliar e analisar os avanços e desafios que a instituição enfrenta, promover o trabalho em equipe e levantar possíveis soluções para os problemas apresentados. Mas para que isso seja possível, é preciso que seja realizado de maneira constante e que garanta as representações de todos os envolvidos, especialmente as crianças, razão pela qual tudo acontece.

É por meio da escuta ativa que as instituições que atendem as crianças da educação infantil precisam realizar seus trabalhos, nesse caso, com foco no desenvolvimento integral das crianças, o conselho de classe deve cumprir um papel também democrático na faixa etária em questão. Representações de familiares, professores, equipes gestoras e crianças se envolvem em um momento de conhecimentos, debates, análises e observações de melhorias e avanços no que diz respeito ao crescimento integral da criança. Neste momento, considerar as peculiaridades de cada faixa etária se faz necessário.

#### 4. GESTÃO ESCOLAR INCLUSIVA E PARTICIPATIVA

Na contemporaneidade, é perceptível declarar a igualdade de direitos, como acesso universal a todos, indistintamente. Os direitos, do momento atual conhecidos, nem sempre foram assim, e foi palco durante a história brasileira de lutas e reivindicações por melhores condições de vida na sociedade. A população indígena e os negros sofreram diversas ações de vulnerabilidade.

Segundo Bobbio (2004), esses conflitos formaram os direitos históricos. Estes foram cruciais para o afloramento de medidas legislativas de reconhecimento e valorização de indivíduos e grupos minoritários, na tentativa de minimizar os obstáculos acarretados pela marginalização, discriminação e exclusão.

Nessa conjuntura, os indivíduos sofriam diversas formas de exclusão, eram socialmente invisíveis, marginalizados pela sociedade, viveram processos continuados de segregação, por suas incapacidades físicas e intelectuais. Neste caso, as dificuldades portadas pelos sujeitos justificaram o seu fracasso social e, conseqüentemente, a separação desses daqueles considerados “tipicamente normais”, confinando os díspares em espaços que tratavam a “deficiência” como doença (Minetto, 2010).

Na tentativa de suprir essas lacunas, por volta dos anos de 1990, houve uma inserção democrática para a vivência social e educacional, extinguindo os obstáculos existentes para uma participação ativa na sociedade. Nessa situação, com o intuito de atingir a igualdade de oportunidades e condições de vida digna, surgiu uma nova realidade de educação inclusiva, onde as escolas, de acordo com a Declaração de Salamanca:

[...] devem reconhecer as necessidades de todos os alunos, adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando respostas educacionais adequadas por meio de um currículo flexível, boa organização escolar, diversificação de recursos e entrosamento com suas comunidades. (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1994, p. 5).

Para que haja uma educação inclusiva, é preciso verificar primeiramente as formas de discriminação que são apontadas no contexto educacional, só assim é possível que haja colaboração centrada nas necessidades e potencialidades de todos os envolvidos no processo educacional. A legislação resguarda a igualdade na lei, e como tal, estabelece direito a todos, obrigando que as autoridades reconheçam a democracia como relevante para uma sociedade justa e colaborativa.

Desse modo, as escolas devem cumprir a lei e se utilizar de documentos educacionais para a mudança de mentalidade das pessoas, reconhecendo que todos são iguais, sem nenhum tipo de discriminação. Trata-se de repensar em práticas positivas, assim, os gestores escolares têm o compromisso de uma educação que se propõe universal, deve ser o de incluir a diversidade, deixando de lado modelos arcaicos, que não respeitam as realidades dos alunos e promovem cenários de exclusão e fracasso escolar. Paro corrobora com este pensamento ao afirmar que:

A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação. Paro (2008, p,17).

Ademais, a gestão democrática e participativa nas escolas, especialmente na Educação Infantil, é dotada de vários benefícios, dentre os quais se destaca a liberdade de expressão, a capacidade de perceber as qualidades e trocas de conhecimentos pelos alunos e a contribuição de uma educação voltada para a autonomia e a independência das pessoas, dentro e fora do ambiente escolar. Porém, de acordo com (LIBÂNEO, 1996, P. 200):

Construir um ambiente democrático não é tarefa fácil e, por esta razão, não é empreitada para apenas um elemento. “Uma gestão participativa também é a gestão de participação” (LIBÂNEO, 1996, P. 200).

É necessário que a educação inclusiva seja percebida já na Educação Infantil, para que as crianças vulneráveis encontrem espaço para a construção de suas experiências e acompanhem com mais facilidade o processo de

aprendizagem. Por isso, o professor deve buscar atividades que envolvam todos os alunos, e que proporcionem o prazer de aprender. Na educação infantil, os alunos são estimulados à participação coletiva e procuram aproximar seus aprendizados e exercitar importantes valores.

Nesse contexto, a gestão escolar torna-se um ambiente de troca, onde se constroem valores e crescimento cognitivo. Um espaço que permite que as pessoas sejam formadas para serem atuantes na sociedade e até mesmo líderes, por isso os currículos escolares já estão implementando a democracia e percebendo os benefícios por ela trazidos. A democracia escolar, descentraliza decisões, produz engajamento com os pais e responsáveis, contribui para o desenvolvimento crítico das crianças, dentre outros.

Nesta perspectiva, Vanessa Silva e Wilker Silva (2018, p. 582) sinalizam que, [...] as instituições construam estratégias para desenvolver uma crítica interseccional sobre os diferentes marcadores sociais de seus estudantes, defendendo que estes marcadores sejam reconhecidos como fortalecedores de identidades plurais, o que, em ampla escala, viabiliza a construção de acessos a estruturas verdadeiramente inclusivas.

Paulo Freire escreveu no livro *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos* que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Essa frase do filósofo brasileiro diz respeito à defesa de uma educação inclusiva, participativa e construída a muitas mãos – em outras palavras, no modelo de gestão democrática, que assegura a autonomia e o protagonismo dos estudantes, professores, funcionários, famílias e comunidade nas decisões que impactam a escola.

O princípio da gestão escolar democrática é reforçado pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), assim como pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado décadas mais tarde, em 2014. Nesta conjuntura de pensamentos e registros documentais, nota-se que a gestão democrática é um agente de mudanças e é aceita por diversas instituições escolares.

Nessa gestão democrática, existe uma relação de transparência, engajamento e desburocratização nas atividades escolares. As decisões são feitas de forma coletiva, sendo o principal aspecto da democracia inclusiva. Além disso, existe uma cultura diversificada, respeitando as necessidades individuais, como também em grupos. [...] a inclusão escolar faz de cada um de nós um agente, um articulador, um multiplicador das suas ações. Colaboração, parceria e solidariedade fazem parte desse contexto no qual a escola dita inclusiva, como uma unidade-empresa, une todos em torno dos mesmos objetivos e dos mesmos fins (Hermes; Lunardi-Lazzarin, 2015, p. 541).

Atualmente, existe também a obrigatoriedade da participação de uma curadora para auxiliar e acompanhar o professor regente em sala de aula, com o propósito de trazer igualdade material para os alunos com alguma vulnerabilidade. Os casos mais frequentes encontrados em sala de aula são o autismo. Nesse sentido, o curador não tem a perspectiva de proprietário da “obra de arte”, mas deve ter a visão contemporânea de se integrar ao processo interlocutório. No qual todos são ouvintes críticos, mas também falantes críticos e emancipados.

De acordo com Cortella e Dimenstein (2015), o processo de curadoria está em fazer as pessoas pensarem, sem ao menos elas perceberem que já estão refletindo, mudando, intervindo socialmente ou simplesmente pensando sobre. Indo de dos autores, e enfatizando ainda os recursos tecnológicos, Lopes (2014) destaca que, frente à constante transformação do cenário tecnológico, ao invés da formação focada no uso aplicado e restrito das tecnologias digitais, é preciso criar e disseminar metodologias que se articulem aos saberes e práticas próprias da docência, articulando proposições teóricas e epistemológicas. O tema da curadoria é bastante amplo, e esta cumpre um papel de mediação. A curadoria exerce função pedagógica a favor da apreensão ou aprendizagem sobre uma obra de arte, coleção ou exposição.

É através da gestão escolar que as instituições escolares são organizadas, notadamente reconhecendo os fatores econômicos, políticos, estruturais, pedagógicos e sociais. É nesse caminho que os espaços educativos

necessitam incluir vários autores participativos para democratização. Afinal, essas práticas trazem avanços significativos para a sociedade.

Sabe-se, que a existência de uma democracia plena na educação, precisa envolver a comunidade escolar na escolha do diretor da escola e a implantar os conselhos escolares com papéis que envolvam uma coletividade de responsáveis para uma educação democrática. Nesse sentido, (Paro, 2000, p.7) destaca bem esse conceito:

(...) administrar uma escola pública não se reduz à aplicação de uns tantos métodos e técnicas, importados, muitas vezes, de empresas que nada têm a ver com objetivos educacionais. A administração escolar é portadora de uma especificidade que a diferencia da administração especificamente capitalista, cujo objetivo é o lucro, mesmo em prejuízo da realização humana implícita no ato educativo. Se administrar é usar racionalmente os recursos para a realização de fins determinados, administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos na forma de alcançá-los (PARO, 2000, p. 7).

Assim, os alunos sentem-se mais protegidos, essa inclusão permite que as crianças desenvolvam diversas habilidades, na promoção de sua independência em todas as fases da vida. Além desses espaços concretos de aprendizagem, Ricardo Henriques reforçou como o modelo inclusivo estimula as capacidades do conjunto da comunidade escolar:

A educação inclusiva compreende uma política de ação afirmativa, que além de ser inserida em alguns textos constitucionais de forma implícita, encontra amparo também na LDB (Lei de Diretrizes e Bases Nacionais), mas para que essas leis sejam asseguradas é preciso que as escolas reconheçam os desafios previstos e busquem estratégias pedagógicas para que as práticas discriminatórias sejam superadas por meio de um ensino voltado para a inclusão das crianças.

O acesso de alunos com deficiência está previsto nas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). O objetivo é garantir que essas pessoas tenham as mesmas condições de socialização e desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências socioemocionais.

Analizados didaticamente os documentos que agregam valor ao ensino de inclusão social, percebem-se diversas estratégias pedagógicas. Para isso,

deve-se começar em conhecer as necessidades de cada aluno, com uma equipe multidisciplinar para o acompanhamento e diagnóstico, promover campanhas de inclusão escolar, realizações de avaliações individuais, investimento em tecnologia (salas de aula com recursos multifuncionais, lousa interativa, aplicativos, notebooks, tablets).

## **5. CONCLUSÃO**

Num cenário de globalização, é nítida a importância da democracia, tendo em vista as mudanças que ocorreram do passado até o momento atual no que se refere à Gestão Escolar e envolvendo diversos autores no campo escolar.

A democracia transformou o comportamento da gestão escolar, valoriza-se a aprendizagem como instrumento radical de mudanças para o desenvolvimento cognitivo dos alunos e sua inserção na sociedade. E é justamente o objetivo principal da democracia: a gestão escolar num contexto de uma sociedade com direitos iguais para todos.

Na contemporaneidade, os sujeitos precisam ter uma aproximação mais direta com aprendizagens voltadas para o contexto que os cerca, permitindo que os alunos sejam coparticipativos, podendo ser críticos, reflexivos e efetivos, produzindo uma educação em que todos participem, inclusive em assuntos envolvidos no conselho de classe.

Nesse espaço democrático, se constrói o entendimento de que não se faz nada sozinho, que todos têm a sua contribuição na educação, que não importa a vulnerabilidade que o indivíduo possui, a educação é parte de todos, ela é capaz de mudar completamente uma geração, todos são importantes no processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. **Secretaria Municipal de Educação de Teotônio Vilela – SEMED.** Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino de Teotônio Vilela Alagoas. 202p. Educação Municipal. Referencial Curricular. Educação Infantil. 1ª Edição. Teotônio Vilela AL, 2020.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** 10º ed. Trad. Calos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil. Brasília.1988.** CARVALHO, Sandra Helena de Moura. **Gestão Democrática Utopia ou Realidade?** Rio de Janeiro. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024.** Brasília, 2014.
- BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. **A gestão escolar democrática e a atuação na proteção da criança e do adolescente.** In *Revista on line de Política e Gestão Educacional*. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14518/15159>>. Acesso em: 06 de jan. 2025
- BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.** Disponível em: <[https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2025.
- CARVALHO, Sandra Helena de Moura. **Gestão Democrática Utopia ou Realidade?** Rio de Janeiro. 2010.
- CORTELLA, Mario Sérgio; DIMESTEIN, Gilberto. **A Era da Curadoria: O que importa é saber o que importa.** Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo. Pedagogia da Autonomia, 2006, p.113)
- GOMES, N. L. et al. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: Secretaria de Educação Continuada (org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para todos).
- HERMES, S. T.; Lunardi-Lazzarin, M. L. **Educação Especial, Educação Inclusiva e Pedagogia da Diversidade: celebrar a diversidade!** Exaltar a tolerância! Notabilizar o respeito! Proclamar a solidariedade! Revista Educação Especial, v. 28, n. 53, p. 531-544, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/1984686X18802>>. Acesso em: 20 de dez. 2024.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática.** Goiás: Alternativa, 199.
- MELLO, A. G. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. (Minetto, 2010).
- PARO, V. H. (2015). **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez. 2015.

PARO, Vitor Hugo. (2018) **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender/Carla Rinaldi: tradução de Vania Cury**. 5 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender/Carla Rinaldi: tradução de Vania Cury**. 5 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo**. Revista da ANDE, São Paulo, n. 9, p. 27-28, 1985.

SERRALHA, C. A. (2016). **O ambiente facilitador winnicottiano: teoria e prática clínica**. Curitiba: CRV.